

Meio: Jornal Económico
Data: 17-05-2019



Cristina Bernardo

ENTREVISTA **ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA** Managing partner da RFF & Associados

“O futuro passa por firmas especializadas”

Sete anos depois, o fiscalista não se arrepende de sair da PLMJ para criar a sua firma. E diz que os escritórios do futuro serão grandes sociedades ‘full service’ ou boutiques especializadas como a RFF.

FILIFE ALVES

falves@jornaleconomico.pt

A RFF & Associados celebra este ano o seu sétimo aniversário e o Jornal Económico esteve à conversa com o fundador deste escritório especializado na área fiscal, o advogado e ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Rogério Fernandes Ferreira.

Celebram este mês o sétimo aniversário. Quando olha para trás, voltaria a sair do escritório de que era sócio de capital e responsável pela área fiscal [PLMJ] para arriscar com a sua própria firma?

Sem dúvida que sim. Iniciei a minha atividade profissional com o meu pai [um dos mais conceituados fiscalistas portugueses, falecido em 2010], há quase 30 anos. Trabalhei como advogado noutros escritórios e como consultor noutras instituições e sempre fui e continuo a ser docente universitário de contencioso tributário e de fiscalidade internacional. Tive a oportunidade de ser convidado para secretário de Estado dos Assuntos Fiscais por um ministro exemplar [Guilherme d'Oliveira Martins] e que muito prezo, e ficar do "lado", portanto, da Administração Tribu-

tária, e sou também, já há alguns anos, o presidente da Associação Fiscal Portuguesa. Creio que se impunha a mim próprio um projeto novo, com a singularidade deste. A vontade de afirmar uma equipa pluridisciplinar de advogados especializados de referência em Portugal nas matérias do direito fiscal e empresarial, do *tax* e do "*what is around the tax*" e o desejo de prestar serviços jurídicos de forma mais organizada e profissional, à imagem de outros escritórios internacionais de referência, com bom ambiente de trabalho e com responsabilidade social e ética profissional, foi o que nos moveu.

O que é hoje a RFF? E quais os objetivos para os próximos anos?

A RFF & Associados é o primeiro escritório de advogados especializado em direito fiscal, aduaneiro e empresarial, de *tax & business law*. É uma sociedade de advogados portuguesa com forte enfoque em projetos de internacionalização. Dispomos de equipas de advogados e consultores especializados no acompanhamento da empresas e clientes empresariais, institucionais e individuais, nacionais e internacionais e o nosso principal objectivo continua o mesmo de sempre: sermos o escritório de referência na área do *tax* em Portugal e

na língua portuguesa. Existia esta necessidade por preencher, um conceito novo que existia noutros países e que não havia paralelo em Portugal. (...) A nossa equipa fiscal é multi-especializada em todas as áreas do direito fiscal e no direito empresarial. Contamos hoje na nossa equipa com 24 advogados, aqui incluídos os correspondentes do L'International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD) de Angola, Moçambique e Timor, e com 15 parceiros locais em países lusófonos.

Há espaço no mercado português para mais projetos com esta lógica de boutique, ou seja, de firma especializada?
Os escritórios do futuro serão mais

“

Irá consolidar-se uma mudança de paradigma do advogado tradicional e dos modelos tradicionais de 'governance'

globais, tecnológicos, pluridisciplinares, com advogados e outros profissionais cada vez mais próximos dos seus clientes internacionais e serão, tendencialmente, ou boutiques especializadas como a nossa ou escritórios *full service*. Dificilmente encontraremos escritórios *full service* de pequena dimensão, escritórios especializados de grande dimensão ou escritórios especializados ou em *full service* de média dimensão no futuro próximo.

A atração e a retenção de talento são fundamentais. Como é que a RFF procura responder a este desafio?

Em 2024, mais de 50% da “massa humana” das empresas irá ser composta por *millennials* e assistiremos em muito pouco tempo a novas mudanças nas relações de trabalho. As expectativas serão muito diferentes, no crescimento individual, na aprendizagem, técnica e não técnica, nas organizações. E as visões serão distintas, não alinhadas e sobre os próprios progressos profissionais individuais. (...) A RFF & Associados ao pretender ser a referência em Portugal na área do direito fiscal e empresarial, quer também assumir regras, éticas e deontológicas, para consigo própria e para com os seus clientes e colabo-

radores (...). Para já, conseguimos que não haja, por exemplo, a necessidade de promover trabalhos noturnos, de fim-de-semana ou fora de horas normais do expediente do escritório previamente definido. E é por aqui que se retém talento, dando tempo adequado e exemplo, promovendo o respeito mútuo e atuando como instituição leal, responsável e amiga dos seus membros.

Como vê a situação do mercado português, em termos de potencial para movimentos de consolidação? Vê a RFF a participar nisso?

A RFF & Associados está já bem consolidada no mercado jurídico e da advocacia portuguesa e tem estratégia delineada de curto, médio e longo prazos, para 18 e 36 meses e para 5 e 10 anos. Mas a realidade muda e as instituições devem ter a capacidade de se adaptar sem alterarem a estratégia ou de tomarem as necessárias decisões adaptativas. Não afastamos cenários no médio e no longo prazos, nem agora, nem quando delineámos a nossa estratégia.

Devem as sociedades de advogados adoptar um modelo de governo de cariz empresarial?

Será uma inevitabilidade. Irá consolidar-se uma mudança de paradigma do advogado tradicional e dos modelos tradicionais de *governance*. As tecnologias, as análises e prospecção de dados, os *non lawyers* e profissões e atividades circundantes, as áreas da gestão das pessoas, de assuntos e de projectos e o desenvolvimento de uma actividade de cariz mais empresarial serão cada vez mais relevantes e deverão ter em conta as especificidades próprias da profissão de advogado.

O atual modelo responde às especificidades da prática e da profissão?

As sociedades de advogados, como noutras profissões e atividades de pessoas, estão intrinsecamente ligadas e dependentes dos membros que as compõem e dos clientes que servem. A adequação do modelo à prática e à profissão de advogado depende, por isso, em primeira linha e em concreto, das próprias pessoas que a executam. Em geral, os modelos portugueses têm sabido adaptar-se a novas realidades e aos novos anseios e solicitações dos clientes.

A possibilidade de sociedades multidisciplinares deveria ser contemplada numa próxima revisão do Estatuto da Ordem dos Advogados?

Será curial avançar, pelo menos, com estudos comparativos das várias jurisdições que permitem as sociedades multidisciplinares, aferindo vantagens e desvantagens, libertos de preconceitos e fugindo à dogmatização da questão. São os clientes e as organizações que as exigem desde já. ●